



MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras
UNESP – Campus de Assis
ISSN: 1984-2899
www.assis.unesp.br/miscelanea
Miscelânea, Assis, vol.8, jul./dez.2010



ENTRE DEBATES E PICUINHAS: A *GAZETA DE NOTÍCIAS* E A IMPRENSA BRASILEIRA NA VIRADA DO SÉCULO XIX

Mariana da Silva Lima
(Doutoranda — UFRJ — CAPES)

RESUMO

Inserido no esforço de se reconstruir o “conjunto do mecanismo editorial periódico que difunde as tendências ideológicas que operam, contínua e simultaneamente, sobre a população” (para cuja importância aponta Antonio Gramsci), este estudo se detém no jornal brasileiro *Gazeta de Notícias*. Levando em conta a tensão entre a forte influência exercida pelo modelo de jornalismo já estabelecido nas grandes cidades da Europa e o caráter ainda incipiente de nossa atividade jornalística na virada do século XIX, o que se depreende da tentativa de definição do perfil da *Gazeta de Notícias* é o exato grau de desenvolvimento do país: ainda sem uma massa de leitores que justificasse a especialização da imprensa em periódicos de informação *versus* de opinião, nossa imprensa precisava ser, a um só tempo, elitista e popular, revelando assim uma faceta da *reposição moderna do atraso* (Roberto Schwarz).

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa brasileira no século XIX; *Gazeta de Notícias*; modernização conservadora.

ABSTRACT

Included in the effort of putting together the “whole of the editorial mechanisms which diffuse the ideological tendencies that operate, continuous and simultaneously, on the population” (to which importance points Antonio Gramsci), this essay focuses on the Brazilian newspaper *Gazeta de Notícias*. Taking into account the tension between the strong influence of the journalistic standards already established in many European capitals and the incipient stage of our journalistic activity in the turn of the nineteenth century, what one realizes when one tries to describe the profile of the *Gazeta de Notícias* is the exact degree of development of the country: since we still did not have a mass of readers that could justify a division among newspapers of information *versus* newspapers of opinion, our press needed to be, at the same time, destined to the elite and to the people, thus revealing one aspect of the *modern reproduction of social backwardness* (Roberto Schwarz).

KEYWORDS

Brazilian press in the nineteenth century; *Gazeta de Notícias*; conservative modernization.

Tendo sido fundada no ano de 1875, já na década seguinte a *Gazeta de Notícias* era considerada como um dos três periódicos mais importantes do Rio de Janeiro — a ponto de, em crônica publicada em 6 de agosto de 1893 nesse mesmo jornal, Machado de Assis afirmar que “os dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos nesta cidade foram a *Gazeta* e o bonde”. De fato, o destaque dado pelo cronista a esses “dois poderosos instrumentos de transformação” revela-se adequado para a percepção das mudanças em curso no período, uma vez que ambos os fatores estiveram diretamente relacionados à introdução de novas formas de convívio e sociabilidade. No caso dos bondes, sabe-se que inauguraram um novo eixo de desenvolvimento imobiliário na cidade, além de facilitarem o deslocamento dos habitantes, permitindo o agrupamento diário na região central da cidade e, em especial, naquela que se tornaria sua artéria central: a rua do Ouvidor. Mais do que isso, porém, o bonde agia como materialização da revolução tecnológica que o século atravessava (SEVCENKO, 1998, p. 527).

O processo de *modernização* em curso revelava-se também nas obras de redefinição do traçado do centro da cidade, a qual parecia querer apagar seu passado colonial (no célebre “bota-abaixo” iniciado pelo prefeito Barata Ribeiro e levado a cabo por Pereira Passos) e transformar-se em uma capital digna da Europa. No entanto, as tentativas do país de superar seu atraso histórico e seguir o modelo europeu dão ensejo a uma série de contradições, que foram percebidas com “olhos de míope” por Machado de Assis e tornaram-se tema de diversas de suas crônicas — como a do dia 16 de outubro de 1892, em que o cronista comenta sua reação ao ver pela primeira vez o bonde elétrico:

Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu bonde, com um grande ar de superioridade. [...] Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, como lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como as

de plena propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca?

Uma outra contradição decorrente do nosso esforço de seguir o molde europeu é visível em outro signo dos novos tempos — o próprio jornal. Tomemos como exemplo o *Jornal das Famílias*, periódico dedicado às mulheres e que publicava, entre outras coisas, moldes para que suas leitoras se vestissem à moda europeia. Ora, considerando-se a diferença de hemisférios, o que ocorria era que em pleno verão brasileiro a revista publicava “modelitos” de inverno, num total contrassenso (diga-se, de passagem, que até hoje esse mal acomete nossas publicações e a indústria da moda quase como um todo, a qual continua a acompanhar a produção europeia, lançando suas coleções independentemente da estação aqui). O exemplo mostra ainda a influência dos jornais na conformação ideológica da população local ao modelo que se pretendia impor, e chama a atenção para a importância de uma análise atenta dos veículos de informação, em uma tentativa de se reconstruir o “conjunto do mecanismo editorial periódico que difunde as tendências ideológicas que operam, contínua e simultaneamente, sobre a população” (GRAMSCI, 1979, p. 194). No caso em estudo, portanto, trata-se de definir o perfil da *Gazeta de Notícias*¹ e de estabelecer seu papel no meio jornalístico da época.

Panorama da imprensa na segunda metade do século XIX

Comentando esse período, Nelson Werneck Sodré escreve que “o desenvolvimento do país, marcado, exteriormente, pelo avanço da vida urbana, o crescimento da classe média e o esboço de burguesia que começava a se fazer sentir, permite a ampliação das atividades culturais ligadas à imprensa: o livro e o jornal” (SODRÉ, 1999, p. 206). Logo, o desenvolvimento da imprensa é apontado como um termômetro do desenvolvimento do país, e de sua análise podemos ter uma ideia mais precisa da situação brasileira no fim do século.

¹ A análise da *Gazeta de Notícias* constitui parte importante da pesquisa de doutorado em curso, cujo objeto são as crônicas machadianas da série “A semana”, publicadas nesse jornal.

Assim, se, por um lado, há sinais inequívocos da consolidação no Rio de Janeiro de uma imprensa como organização industrial — foi nessa época que se firmaram aqui empresas como as de Laemmert (1838), Garnier (1854) e Francisco Alves (1872) —, há uma série de fatores que mostram, por outro lado, o quanto esse estabelecimento de atividades jornalísticas e editoriais ainda era incipiente entre nós.

Começemos pelas próprias editoras que acabei de mencionar: tínhamos editoras, é certo, mas não tínhamos... impressão! Como é que se explica esse paradoxo? O que ocorria era que, nesses primórdios da atividade editorial no Brasil, as empresas aqui estabelecidas imprimiam no exterior (notadamente em Portugal, na França e na Alemanha). Como aponta Sodré, “a impressão de livros aqui era exceção e não regra” (SODRÉ, 1999, p. 242).

Isso quanto à impressão. Se nos voltarmos para outro aspecto fundamental das atividades editoriais — a distribuição, — a situação é ainda mais precária. Sodré informa que a “distribuição dos jornais — e, também, ainda que menos, a de livros — dependia, entretanto, da escassa rede de comunicações terrestres e marítimas e do incipiente serviço de Correios. Não havia, até 1825, serviço postal para o interior” (SODRÉ, 1999, p. 208). A situação foi melhorando no decorrer do século, mas não muito, a ponto de um interiorano afirmar, na década de 1860, que era uma raridade a existência de “um sujeito que assinava um diário” (SODRÉ, 1999, p. 209).

Mas é no que toca ao público leitor que os dados são mais desanimadores. Em 1876, a divulgação dos resultados do primeiro recenseamento geral do país provocou reações generalizadas de espanto e despertou a indignação de jornalistas e escritores — entre eles Machado de Assis, que, em 15 de agosto de 1876, redigiu uma belíssima crônica a respeito do assunto, a qual vale a pena analisar, ainda que brevemente (MACHADO DE ASSIS, 1992, p. 344-5). A certa altura da crônica, Machado comenta a publicação do recenseamento do Império, “do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler”. Recorrendo à figura da personificação, o cronista diz

gostar dos algarismos, por não serem de metáforas nem de meias medidas: “Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos”. Diferente das letras, que foram feitas para frases, “o algarismo não tem frases, nem retórica”. Em seguida, Machado reproduz lugares-comuns proferidos em discursos sobre a nação. Toma como exemplo “um homem, o leitor ou eu”, que, querendo falar do nosso país, diria que “as Câmaras são a representação nacional”, que a “opinião pública é o magistrado último da nação” e outras pérolas desse quilate. A esse homem fictício, que disputaria uma eleição com um certo Sr. Fidélis Teles Meireles Queles, responderia o próprio algarismo, “com a maior simplicidade”:

— A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não leem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, — por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.

O cronista também entra na discussão, e tenta replicar, mencionando as instituições, mas é interrompido pelo Sr. Algarismo, que, após argumentar que “as instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos”, propõe uma reforma no *estilo político*: “Não se deve dizer: ‘consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação’; mas — ‘consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%’”. O algarismo conclui de maneira categórica: “A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: ‘Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...’ dirá uma coisa extremamente sensata”. O cronista fica sem réplica: “E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos, e ele tem o recenseamento”.

Hélio de Seixas Guimarães considera que os dados do recenseamento, ao despertarem a consciência da escassez de leitores, modificaram “a imagem extremamente idealizada e fluida que até então se fazia do país” (GUIMARÃES, 2004, p. 32), colocando em dificuldades o projeto — formulado pelos românticos e desenvolvido por José de Alencar — de um romance nacional extensivo que fosse capaz de abarcar todo o país (“eventualmente, colocaria em dúvida até mesmo a possibilidade de existência de uma ficção nacional”).

Mais do que isso — e como a crônica de Machado revela, — o resultado do censo mostrava como era fácil manipular uma população que jazia “na mais profunda ignorância”, e que por isso estaria igualmente pronta para uma revolução ou um golpe de Estado — e já sabemos qual dentre as alternativas se concretizou na história brasileira. Assim, nessa crônica brilhante, Machado desvenda as sutilezas que permeiam a falsa democracia brasileira. Dando voz ao algarismo, em uma belíssima manobra literária, ele desvenda a estrutura do poder, oculta sob a nobre fachada do Império.

Os números do censo punham a nu nossa realidade: éramos um país de escassos leitores. Daí a importância de certos fatores relacionados à conquista das poucas pessoas que sabiam ou podiam ler, como os *almanaques* — que eram “o livro de um país que não tinha ainda público para suportar a impressão de livros” (SODRÉ, 1999, p. 242) e, em particular, os *romances-folhetins* — esse “produto específico do Romantismo europeu, aqui imitado com sucesso amplo”, e que “chegou a ser um hábito familiar, nos serões da província e mesmo da Corte, reunidos todos os da casa”. Dado importante, “a leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria” (SODRÉ, 1999, p. 242-3).

Esses dois fatores deixam claro que, se o sistema literário compõe-se de um trinômio formado por autores, leitores e “um mecanismo transmissor [...] que liga uns a outros” (CANDIDO, 1997, p. 23), talvez o dado fundamental que caracterize a atividade editorial dessa época seja a insuficiência de dois termos dessa equação. Com a escassez do público leitor e as dificuldades que

atrapalhavam a produção e a circulação de livros, nosso sistema literário revelava a precariedade do próprio processo de modernização em curso no país.

A Gazeta de Notícias

Foi nesse contexto que surgiu, em 1875, a *Gazeta de Notícias*. Fundada por Ferreira de Araújo, a *Gazeta* se diferenciava dos demais jornais da época por ser um “jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 reis o exemplar” (para se ter uma ideia, o *Jornal do Comércio* era vendido a 100 reis). Além disso, a *Gazeta* havia inovado ao se tornar o primeiro jornal a ser vendido avulso, não dependendo exclusivamente de seus assinantes e, com isso, podendo atingir um número maior de leitores. Provavelmente, esse fator foi decisivo para a posição destacada que veio a ocupar pouco mais de dez anos depois de sua criação. John Gledson informa que

em 1888, era um dos três jornais mais importantes do Rio, juntamente com o *Jornal do Commercio*, um órgão de informação mais caro, mais detalhado e mais conservador, o decano da imprensa do Rio, e com *O País*, que, com uma tiragem de 26 mil exemplares, proclamava ser o jornal de maior tiragem da América do Sul. *O País* era republicano; a *Gazeta*, com uma tiragem não muito menor (de 24 mil exemplares, como anunciava no cabeçalho), era menos engajada politicamente (GLEDSON, 2006, p. 135).

Apesar de não ser considerada como um periódico muito engajado, a *Gazeta* tomou parte em movimentos de massa, como a campanha contra o aumento das passagens no transporte urbano em 1880 — embora se deva dizer, a bem da verdade, que nisso ela seguia uma tendência geral da imprensa do Império, a qual se caracterizava, segundo Nelson Werneck Sodré, pela combatividade e discussão de assuntos públicos². Dimensionando melhor o posicionamento da *Gazeta*, John Gledson afirma que “a coluna semanal de

² De fato, a imprensa desse período como um todo se posicionou perante assuntos de relevo como a imigração dos chineses, a escravidão e a monarquia, assuntos todos discutidos por Machado em crônicas diversas.

Ferreira de Araújo, 'Coisas políticas', era um comentário sensato, pragmático (e às vezes profundo) sobre os acontecimentos do dia, colocando-os numa perspectiva mais ampla" (GLEDSON, 2006, p. 135). Até aqui, portanto, a *Gazeta* parece não se destacar especialmente por seu engajamento. No máximo, seria possível dizer que ela se caracterizava como um *jornal de opinião* — e não como um *jornal de informação*, segundo a distinção feita por Gramsci³. Em favor da *Gazeta*, porém, também deve se dizer que "foi em suas páginas que José do Patrocínio (sob o pseudônimo de *Prudhome*) iniciou a sua campanha pela Abolição", em 1879. Uma vez que outras observações de Sodré dão a impressão de que a *Gazeta* se envolvia no debate público com fervor, consideremos que uma visão mais precisa sobre o grau de envolvimento da *Gazeta* na política brasileira será obtida com o posterior aprofundamento da pesquisa.

Por ora, basta observar que ela se diferenciava do *Jornal do Comércio*, o qual tinha como ponto forte, como o próprio nome indica, a cobertura das atividades comerciais — "preços, movimentos de paquetes, informações sobre importação e exportação, noticiário do país e do exterior e, particularmente, anúncios". Para se ter uma ideia do público leitor do *Jornal do Comércio* — bem como de sua importância político-econômica — leia-se o seguinte comentário de Sodré:

Uma das grandes forças da sociedade fluminense era o comércio, de que participavam numerosos elementos estrangeiros, destacadamente portugueses, como era natural, ingleses e franceses. Os primeiros influíam na imprensa de maneira ostensiva e por vezes afrontosa, na época. Os franceses mantinham um jornal, o *Courrier du Brésil*, que discutia abertamente os problemas do país, em posição sempre reacionária, em contraste com o papel destacado que os elementos franceses tiveram aqui, no desenvolvimento da tipografia e do jornal. Os ingleses mantinham *The Rio Herald*,

³ "Distingue-se, em suma, o chamado jornal de informação ou 'sem partido' explícito do jornal de opinião, do órgão oficial de um determinado partido; ou seja, o jornal para as massas populares ou jornal 'popular', daquele jornal dedicado a um público necessariamente restrito" (GRAMSCI, 1979, p. 188). A distinção não deixa de ser problemática para nossos propósitos, já que a *Gazeta*, ao mesmo tempo em que era popular (haja vista o preço), constituía-se como um jornal de opinião. Retomarei essa questão mais à frente.

em que defendiam os seus interesses, evidentemente, mas evitando imiscuir-se nas querelas partidárias internas que constituíam o alimento quase único da imprensa do tempo. [...] Numa cidade de 130 000 habitantes e menos de cem ruas, cujo centro se constituía de estreitas artérias, becos ainda mais estreitos, marginados de velhas casas de rótulas e balcões, cujos limites extremos eram a Lapa e o Campo de Santana, o poderio do grupo comercial era naturalmente grande. Considerando que esse grupo se constituía de esmagadora maioria de estrangeiros, é fácil constatar o sentido de sua influência (SODRÉ, 1999, p. 108-9).

Quanto a *O País*, jornal de propriedade do conde de São Salvador de Matozinhos, o fato de que tinha Quintino Bocaiúva como mentor dá a medida de sua importância. Nelson Werneck Sodré, a certa altura de seu livro, afirma que “os grandes jornais da Corte são ainda a *Gazeta de Notícias* e *O País*”, mas em outra passagem aceita a divisão feita pelo francês Max Leclerc entre grandes e pequenos jornais, alinhando entre aqueles apenas o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, “deixando entre os segundos, sem mencioná-los os nomes, *O País*, o *Diário de Notícias*, que não cabiam perfeitamente na categoria” (SODRÉ, 1999, p. 257). Já John Gledson, ao comparar *A Gazeta* e *O País*, observa características semelhantes nos dois periódicos:

Em termos de formato, a *Gazeta* e *O País* eram muito parecidos: seis páginas, sendo as duas últimas (ou um pouco mais) destinadas a anúncios, uma aos “A pedidos”, e o resto a uma mistura de notícias, informação comercial, reportagens parlamentares, notícias sobre teatro, artigos mais longos assinados por autores mais ou menos célebres [...], romances em folhetim e, claro, as crônicas, não sendo as de Machado as únicas (GLEDSON, 2006, p. 136).

Assim, é bem provável que as duas folhas disputassem o mesmo público. Qual seria, então, o diferencial da *Gazeta de Notícias*? Embora *O País* também estivesse alinhado entre os jornais que davam destaque às letras, entre estes a *Gazeta* é líder absoluta, sendo mesmo a relação mais efetiva com a literatura seu traço mais distintivo — aspecto que já veio anunciado no prospecto que acompanhava o primeiro número do periódico, no dia dois de agosto de 1875: “Além d’um folhetim romance, a *Gazeta de Notícias* todos os

dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores”. Com esses dizeres, a *Gazeta* se apresentava como “um periódico voltado para o seu tempo que colocaria, além das atualidades, a arte e a literatura ao alcance da população” (ASPERTI, 2005). Escreveram em suas páginas, entre outros, Coelho Neto, Aluísio Azevedo, José do Patrocínio e Eça de Queirós. Em artigo sobre a *Gazeta de Notícias*, Clara Miguel Asperti observa que “esta folha foi a grande divulgadora e financiadora das letras, dando espaço incomensurável em suas colunas para todos os grandes escritores nacionais e estrangeiros do momento divulgarem seus textos”.

Contudo, se nos diversos aspectos apresentados até o momento — democratização da leitura, posicionamento político, divulgação literária, — a *Gazeta* parece representar um motor do desenvolvimento da imprensa no Brasil, o olhar estrangeiro sobre nossa imprensa revela um lado menos animador. O alemão Carl von Koseritz, que havia chegado ao Brasil em 1851 e se estabelecera no Rio Grande do Sul, realiza no ano de 1883 uma viagem a trabalho ao Rio de Janeiro, e apresenta o seguinte panorama:

No Rio não existe hoje um só jornal que possa, com fundamento, exercer influência política. Toda imprensa daqui é somente de especulação; nenhum jornal tem um programa definido, nenhum pertence a qualquer partido, nenhum representa qualquer ideia: o pessoal quer somente ganhar público e vender muitos exemplares, e como o público não pode absolutamente ser sério, mas sempre precisa estar rindo e caçoando, assim é servido. Desde o *Jornal do Comércio*, passando pelo *Corsário*, até a *Galegada* (um pasquim de última categoria), todos os esforços das folhas se orientam exclusivamente para o ganho, e uma imprensa assim constituída não está, realmente, em situação de reforçar ou apoiar as situações políticas (KOSERITZ *apud* SODRÉ, 1999, p. 232).

Há uma série de comentários suscitados pelo depoimento do imigrante estrangeiro. Em primeiro lugar, ele faz um apelo ao *papel formador das consciências* que acredita ser o do jornal e que argumenta estar ausente na imprensa brasileira; nesse sentido, aproxima-se da defesa empreendida por

Machado de Assis no artigo “A reforma pelo jornal”. Nesse texto, Machado defende com muito entusiasmo o papel reformador do jornal nas sociedades modernas. Como local privilegiado do debate, ele seria o equivalente moderno do púlpito cristão, da tribuna republicana ou da praça pública. Por promover a discussão (que seria justamente “a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal”), o jornal representaria “a sentença de morte de todo o *statu quo*”, pois assim as coisas não teriam legitimidade evidente, “e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda”. Desse modo, do fato de o jornal propiciar o debate, Machado conclui — nesse artigo de 1859, note-se bem — que ele traz em si a possibilidade de minar a “organização desigual e sinuosa da sociedade”. Observe-se que tanto no comentário de Koseritz como no artigo de Machado, a ideologia liberal serve de base ao raciocínio desenvolvido. Contudo, o tempo, por assim dizer, corrigiu Machado, que percebeu as falácias contidas nesses argumentos e — principalmente — em sua transposição para um país cuja estrutura social em muito se distanciava da europeia.

Em segundo lugar, é discutível a afirmação de Koseritz de que nenhum jornal “representa qualquer ideia”, como pudemos ver na definição do perfil da *Gazeta de Notícias* e de *O País*. Em terceiro lugar, ele menciona a questão da preocupação excessiva dos jornais com a venda. A esse respeito, lembro a observação de Gramsci sobre os leitores dos jornais, que, segundo ele, “devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, 'transformáveis' filosoficamente”, e “2) como elementos 'econômicos', capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros” (GRAMSCI, 1979, p. 163). Gramsci faz a ressalva de que na realidade, os dois elementos nem sempre são destacáveis, “na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação”, e completa: “Ademais, é impossível falar de negócio jornalístico e editorial sério se não existir este elemento, a saber, a organização do cliente, da venda”. Está certo que a crítica de Koseritz vinha no sentido de questionar os *excessos* cometidos pelos jornais do Rio, mas, ainda de acordo com Gramsci,

“é uma observação generalizada a de que, num jornal moderno, o verdadeiro diretor é o diretor administrativo e não o diretor da redação”. Assim, talvez seja mais correto considerar esse aspecto como um dos aspectos da modernização por que passava nossa imprensa, consolidando-se como organização empresarial.

Em quarto e último lugar, Koseritz menciona a falta de seriedade do público, que fazia com que a imprensa a servisse de acordo. Ao considerar esse comentário, Sodré afirma que “Koseritz não compreendia a combatividade reformista da imprensa da Corte e sua aproximação com o gosto popular, caracterizada principalmente nas publicações ilustradas, cuja irreverência era notória” (SODRÉ, 1999, p. 233), parecendo confirmar a irreverência como traço distintivo da imprensa do Império. Esse dado irá nos interessar, conforme se verá, na caracterização geral das atividades jornalísticas do período.

Enfim, ainda que não se possa saber ao certo até que ponto as observações de Koseritz fornecem um retrato fiel da situação da imprensa brasileira em 1883, elas chamam a atenção também pela semelhança que apresentam com as considerações feitas em 1889 por Max Leclerc, que esteve no Brasil como correspondente de um jornal parisiense e, atraído pela agitação que antecedeu a Proclamação da República, escreveu:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública. Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso *Figaro*, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partido que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível. Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado à redação é muito restrito e, nesse campo já

diminuto, se esparramam diminutas notícias pessoais, disques e fatos insignificantes; o acontecimento importante não é, em geral, convenientemente destacado, porque ao jornalista como ao povo, como ao ex-imperador, falta uma concepção nítida do valor relativo dos homens e das coisas; carecem eles de um critério, de um método. A imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à sua apatia. Os dois maiores jornais brasileiros, o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, realizam excelentes negócios; têm tantos anúncios que, não lhes bastando a terceira e quarta páginas, dedicam-lhes um suplemento. O *Jornal do Comércio* é uma espécie de *Times* sem virilidade; é o *Times* sem os *leading articles*; um bom repertório de fatos, um conjunto útil de documentos. A *Gazeta de Notícias* é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está a sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras; coloco-o nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores a seus concidadãos. Tem ele temperamento, caráter, espírito elevado, inteligência aberta. Julgou de pé o Império, declarou-se então republicano por motivos de ordem nacional; proclamada a República, estabelecida a ditadura, conservou sua independência de julgamento. Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma ideia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sozinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa (SODRÉ, 1999, p. 252-3).

Embora diferencie a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio* quanto ao posicionamento perante os acontecimentos — resultante em grande parte da consideração altamente elogiosa que faz de Ferreira de Araújo —, Leclerc é muito claro ao condenar ambos os jornais pelo peso excessivo dado à publicidade, em detrimento da argumentação. Nesse ponto, sua concepção do papel da imprensa se aproxima daquela expressa por Koseritz — note-se que, enquanto o alemão fala no *exercício de influência política* e na *representação de ideias*, o francês é bastante direto ao mencionar a *função educativa* da imprensa. Leclerc apresenta ainda outra crítica semelhante à de Koseritz, porém em chave diversa: onde este lamentava a irreverência da imprensa e a falta de seriedade dos leitores, o francês reclama da mesquinha que

caracteriza boa parte do diminuto espaço que os anúncios deixavam à redação. De modo geral, ambos parecem estar se queixando de certa falta de gravidade na abordagem dos assuntos; porém, vale observar com mais atenção o que de fato incomoda ao francês, pois creio que sua visão acrescenta um dado interessante ao panorama que venho tentando traçar da imprensa brasileira na virada do século XIX:

Desmoralizou-se a imprensa com a publicação, em suas colunas ineditoriais, sob o título de *a pedidos*, de libelos infames, de ataques anônimos contra personagens públicas ou privadas e instituições, publicações essas pagas pelos interessados, entre os quais a polícia se encontra não raro. Não insisto nesse ponto desagradável; mas os brasileiros devem ter em vista que esse recanto mal afamado dos jornais, onde o leitor, levado por uma curiosidade malsã, deita o olhar em primeiro lugar, é um ponto gangrenado do corpo social; é preciso extirpá-lo a ferro e fogo (SODRÉ, 1999, p. 253).

De fato, mesmo a *Gazeta de Notícias*, poupada de parte das críticas do correspondente francês, sucumbia à prática geral dos *a pedidos*, dando espaço em suas páginas a uma prática contrária àquela por que pretendia se distinguir dos demais jornais — segundo depoimento da época, Ferreira de Araújo teria “reformado a imprensa do seu tempo, para dar espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pelas misérias e mesquinhas da política”. A coluna dos *a pedidos* parece constituir uma exceção digna de interesse a essa orientação geral da *Gazeta*. Vejamos do que se tratava:

Uma coluna fixa que merece atenção especial é a seção “Publicações a pedido”, que desde 1877 foi localizada entre as páginas um e dois do diário. Tal seção concedeu à *Gazeta* certo tom de irreverência, pois este espaço era constantemente utilizado por leitores da folha para publicar qualquer tipo de assunto ou comentário de seu interesse, que poderia muitas vezes ser um agradecimento, um pedido de desculpas, uma solicitação ou auxílio, um pequeno texto poético de autoria popular; mas na maioria dos casos a coluna era utilizada como veículo de desforras ou canal aberto para cobrar providências diversas às autoridades municipais. As “Publicações a pedido” serviam para o popular insultar, criticar ou desafiar qualquer desafeto particular (ASPERTI, 2005).

Uma pequena nota sob o título “Imoralidade” pode ilustrar os

propósitos da coluna:

Rogamos a S. Ex. o Sr. Dr. Chefe de polícia lançar suas vistas sobre duas desmoralizadas mulheres da Rua Sete de Setembro próximo à travessa de S. Francisco que, com suas impudicas palavras, ofendem as famílias decentes que têm a desgraça de passar pelas proximidades da morada dessas audaciosas messalinas. Um vizinho

É engraçado ver esse tipo de picuinha em uma publicação que ostentava um *status* diferenciado entre as publicações da época. Conforme foi demonstrado anteriormente, a partir da análise de Clara Miguel Asperti, a *Gazeta* se destacava entre os demais jornais pelo espaço concedido à literatura; na sequência desse comentário, porém, a autora faz a seguinte ressalva:

Na verdade podemos chamar essa abertura orquestrada por Ferreira de Araújo de “uma troca de favores”, pois, ao passo que este consagrava os escritores dando-lhes colunas fixas ou esporádicas em suas páginas, também consolidava a *Gazeta de Notícias* como um jornal que prezava a literatura, o diferencial do moderno periódico. O apego aos textos literários enobrecia o jornal popular dando-lhe, ao mesmo tempo, certo *status* elevado e matéria interessante a ler para a elite burguesa letrada. Sendo assim, escolhia de modo criterioso aquele que teria o supremo privilégio de participar do grande jornal do momento. Não era aceito nas páginas da *Gazeta* nenhum estrepante ou mesmo já tarimbado escritor que não tivesse excelente fama e currículo invejável.

A observação é propícia para que se retome, agora, uma questão que deixei em aberto páginas atrás: qual seria, afinal de contas, a orientação da *Gazeta de Notícias*? Tratava-se de um jornal elitista ou popular? Nesse ponto, as análises feitas por Gramsci tendo em vista o contexto da Itália parecem (mas apenas parecem) antes nos atrapalhar do que ajudar, uma vez que se afigura impossível, em nosso caso, encaixar a *Gazeta* em uma das duas categorias. De fato, a resposta deve vir da observação do contexto brasileiro da época. Em primeiro lugar, não podemos nos esquecer de que, frente às precárias condições de leitura no país, os jornais faziam o que podiam para se estabelecer — o que significava conquistar fatias maiores de leitores e cativá-los. Sodré informa que até mesmo o “sempre sisudo *Jornal do Comércio*, [...],

orgulhava-se de ser o divulgador, em folhetins, de Eugene Sue e de Victor Hugo” (SODRÉ, 1999, p. 243). Em segundo lugar, devido a essa mesma escassez de leitores, talvez seja preciso que se considere qualquer jornal no país como uma publicação destinada a uma elite letrada. O comentário abaixo, de Clara Miguel Asperti, parece resumir bem a questão, situando adequadamente a *Gazeta* em nosso contexto sócio-histórico:

A *Gazeta de Notícias* trazia em seu bojo tudo aquilo que os poucos letrados da capital federal (aproximadamente 1,72% da população carioca em 1872 era alfabetizada) desejavam: literatura amena de romances-folhetins, pequenas colunas de crônicas de variedades e seção de piadas, dentre tantas outras.⁴

Assim, elitista e popular a um só tempo, a *Gazeta* figura como uma curiosa mistura de modernização e atraso, refletindo a situação do Rio de Janeiro na época. É ainda uma vez Gramsci que nos fornece orientações úteis para a reflexão sobre o contexto brasileiro. Ao apontar para diferenças entre os jornais das grandes capitais e os das províncias, ele analisa o tipo de semanário provincial que era tradicionalmente divulgado na Itália, e observa que esses periódicos representavam “adequadamente as condições culturais da província (aldeias e pequenas cidades)”, mencionando alguns de seus traços distintivos:

Nenhum interesse pela vida internacional (a não ser como curiosidade e exotismo), pouco interesse pela própria vida nacional, senão enquanto ligada aos interesses locais, notadamente eleitorais; todo o interesse pela vida local, mesmo pelos detalhes e pelas minúcias. Grande importância para a polêmica pessoal (de caráter galhofeiro e provinciano: a finalidade é fazer o adversário parecer estúpido, ridículo, desonesto) (GRAMSCI, 1979, p. 194-5).

Ao notarmos que esse último aspecto está presente mesmo nos jornais que eram considerados como integrantes da grande imprensa, as observações feitas pelos dois correspondentes estrangeiros nos interessam na medida em que dão a dimensão de certo modo provinciana do jornalismo que se fazia aqui.

⁴ Não pude identificar, até o momento, a origem da enorme discrepância entre esse dado e os números mencionados na crônica de Machado.

E se quisermos refutá-las com o simples argumento de que elas nos são fornecidas por um olhar de fora — e portanto distante de nossa realidade —, é bom antes refletirmos sobre o sentido de um comentário de Machado de Assis, introduzido na passagem abaixo, em que John Gledson reflete sobre a importância do barateamento do jornal empreendido pela *Gazeta de Notícias*:

O que é mais importante para os nossos fins, essa nova maneira, mais democrática, digamos, de publicar os jornais também estabeleceu entre os escritores e o público uma relação relativamente íntima, um tom de conversa e de intercâmbio diário que talvez não houvesse, nem antes nem depois — já no fim da vida Machado se ressentia das mudanças na cidade, das quais o 'Bota-abaixo' é a mais dramática, e que estabeleceram novas divisões de classe. 'Festa de estalagem, todos dançam e ninguém se conhece', como teria dito, segundo Humberto de Campos (GLEDSON, 2006, p. 136).

O comentário de Machado parece ratificar a visão segundo a qual nossa imprensa, na virada do século XIX, estava a meio caminho entre um jornalismo provinciano e o modelo de jornalismo já estabelecido nas grandes cidades da Europa. Ainda sem uma massa de leitores que justificasse a especialização da imprensa em periódicos de informação *versus* de opinião, nossa imprensa precisava ser, a um só tempo, elitista e popular — se eram poucos os que liam, ela necessariamente se destinava a uma elite letrada; se, por outro lado, o nível cultural era incipiente, ela precisava se popularizar, para conquistar a atenção desse público tão precário. Desse modo, o que a análise da imprensa do fim do Império e início da República revela é o exato grau de desenvolvimento do país — um desenvolvimento tacanho, uma modernização ainda atrelada ao passado colonial. O Rio modernizava-se, é certo — mas não tanto assim que uma boa briga entre vizinhos não merecesse o devido espaço nos jornais.

Referências bibliográficas

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica. VII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação

FAAC/UNESP-Bauru. Out.2005. Disponível em:
http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/68_clara_miguel.htm

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. 8 ed. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1997.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial/ Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513-619.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Artigo recebido em 28/06/2010 e publicado em 08/11/2010.